

DEPARTAMENTO DE LETRAS

UM DICIONÁRIO TUPI DE 1771 COMO CRÔNICA DA SITUAÇÃO LINGÜÍSTICA NA AMAZÔNIA POMBALINA¹

Maria Cândida Drumond Mendes Barros (MPEG)

Antônio Luis Salim Lessa (UFPA)

OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é utilizar um dicionário tupi, anônimo, escrito em Belém em 1771 (Biblioteca da Universidade de Coimbra/ms. 81) como fio condutor para o estudo da política lingüística pombalina. Por meio dele, procuraremos conhecer a situação de uso do tupi e do português nesse período. Observaremos sinais de aumento do uso do português em substituição ao tupi, assim como havia determinado o Diretório dos Índios em 1757 (ALMEIDA, 1997).

Dois tipos de verbetes serão tomados como indícios para se conhecer a situação lingüística da região: o léxico cristão e os empréstimos do português. Esses itens, presentes no dicionário de 1771 (*Diccionario da lingua geral do Brasil que se falla em todas as villas, lugares e aldeas deste vastíssimo Estado. Cidade do Pará*), serão comparados com outros pertencentes a um dicionário tupi de 1750 (*Gramática da lingua geral do Brasil. Com hum Diccionario dos vocabulos mais uzuaes para a intelligencia da dita Lingua*. [Pará]).

O estudo do léxico cristão contido nas duas obras permitirá saber se houve continuidade na política jesuítica de evangelização em tupi no período pombalino e, no caso afirmativo, se foram mantidas as mesmas escolhas lexicais usadas nos catecismos e dicionários da Companhia de Jesus. A análise do léxico cristão no dicionário de 1771 será complementada com o documento de defesa da evangelização em tupi escrito pelo Padre Manuel da Penha do Rosário para o

¹ Enviado pelos autores ao Prof. José Pereira da Silva como agradecimento pela utilização de suas edições do texto das *Questões Apologéticas* do Pe. Manuel da Penha do Rosário, que complementa a análise do léxico cristão no dicionário de 1771. Trabalho apresentado na 2ª Conferência Internacional de Lingüística Colonial Missionária, na USP, em março de 2004.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Tribunal da Inquisição em Belém em 1773 (ROSÁRIO, 1993).

Pelo estudo dos empréstimos do português, verificaremos se houve aumento do uso do português em decorrência da política pombalina. Para tanto, partiremos das sugestões de James Lockhart (1990), que propõe o estudo dos empréstimos como forma de se conhecer o grau de contato entre colonos e índios. Por meio deles seria possível observar mudanças de caráter sócio-cultural.

Na conclusão, compararemos a política lingüística de Pombal na Amazônia com algumas de suas medidas lingüísticas dirigidas à Goa. Verificaremos contrastes ou similitudes entre ambas.

A preferência por centralizar a análise da política lingüística de Pombal em um dicionário e não no Diretório dos Índios se deve ao caráter pragmático do primeiro em oposição ao caráter normativo do segundo. O dicionário de 1771 funcionaria como uma crônica da vida cotidiana, permitindo captar a distância entre a norma prescrita por Portugal e a realidade lingüística da colônia.

A DEFESA DA “LÍNGUA DO PRÍNCIPE”

A acusação de que os jesuítas seriam contrários ao ensino do português começa a ser recorrente nos documentos coloniais do início do século XVIII. Em 1729, ela está presente na carta do procurador dos colonos do Maranhão em Lisboa (Reis 1958:493). Em 1757, ela está presente em dois documentos do governo pombalino destinados a públicos distintos: o *Diretório dos Índios* (Almeida 1997), voltado para a colônia, e a *Relação abbreviada da Republica que os religiosos jesuítas das Províncias de Portugal, e Hespanha, estabelecerão nos Domínios Ultramarinos*, dirigida à diplomacia européia. Ambos os textos associavam o uso do tupi na Amazônia a um plano jesuítico de monopolizar a comunicação com os índios.

A defesa do português, definido como a “língua do príncipe” no Diretório, se opunha à longa trajetória do conceito de língua “vernáculo” (ou “vulgar”) da Igreja tridentina. Esse conceito havia direcionado a política lingüística portuguesa em suas colônias desde o século XVI. A opção pela língua vernáculo na evangelização havia

DEPARTAMENTO DE LETRAS

sido a responsável pela produção de catecismos em diferentes línguas, tanto na Europa como nas colônias. Nas colônias portuguesas, os jesuítas foram os principais missionários a levar a cabo esta política por meio da produção de catecismos, gramáticas e dicionários nessas línguas. No Brasil colonial, as obras sobre o tupi foram predominantemente jesuíticas.

O DICIONÁRIO PORTUGUÊS-TUPI DE 1771

Entre os três gêneros de obras lingüísticas produzidas sobre a língua geral no período colonial – catecismo, gramática e dicionário – pode-se dizer que o último foi aquele com maior grau de liberdade em sua elaboração por parte dos missionários. Enquanto sobre o catecismo recaía um maior grau de controle institucional, ao terem os missionários que usar a versão autenticada pela hierarquia jesuítica, o dicionário era um gênero menos controlado. Em comparação com uma gramática, um dicionário requeria menos conhecimento de latim para ser modificado.

No período jesuítico, o dicionário tupi foi um gênero textual difundido anonimamente e em forma manuscrita. O fato de não ter sido impresso, ao contrário do catecismo e da gramática, lhe deu um caráter menos cristalizado. Os autores dos dicionários incluíam ou retiravam verbetes dos dicionários anteriores, sem seguir uniformemente a mesma ortografia e as mesmas traduções em tupi das obras anteriores.

O manuscrito de 1771 (ms.81) consta de uma gramática e um dicionário tupi. A gramática inclui apenas as regras de conjugação verbal. Essa seção segue o modelo das obras jesuíticas ao escolher o verbo *juca* (matar) como exemplo.

O dicionário português-tupi é composto por mais de 6.600 verbetes². Comparando-se as entradas em português desta obra com as de outros dicionários jesuíticos, observa-se que a obra do período

² Faltam seis páginas do códice na cópia que consultamos, portanto o número de verbetes certamente ultrapassa essa cifra.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

pombalino utilizou aquelas que lhe precederam como roteiro para estabelecer as entradas, o que não impediu o autor de retirar ou introduzir verbetes. Um exemplo de como o dicionário de 1771 teve como modelo as obras jesuíticas é o conjunto de verbetes relacionados ao verbo *andar*: a obra de 1771 reproduz oito verbetes dos dez que compunham a obra de 1750, mantendo-os na mesma ordem, apesar desta não ser alfabética.

Um cotejo quantitativo entre os dois dicionários aponta que o de 1771 é o dobro daquele de 1750, que possui 3.605 verbetes. Essa ampliação do número de verbetes se deve à natureza acumulativa desse gênero de obra, ao contrário da gramática e do catecismo, que possuem um modelo de organização interna que limita sua expansão.

O aumento do número de verbetes da obra de 1771 em relação à de 1750 apontaria que no período pombalino não houve uma queda no repertório do tupi entre os setores coloniais letrados, ou seja, entre aqueles indivíduos que podiam elaborar e/ou consultar um dicionário.

O LÉXICO CRISTÃO EM TUPI COMO INDÍCIO DA MANUTENÇÃO DA POLÍTICA LINGÜÍSTICA JESUÍTICA DE EVANGELIZAÇÃO NA LÍNGUA GERAL

Utilizaremos o léxico cristão presente no dicionário de 1771 como forma de verificar se a evangelização entre os índios continuou a ser feita em tupi no período pombalino e se essa obra manteve as mesmas escolhas lexicais dos dicionários e dos catecismos jesuíticos nesse campo semântico.

Estamos restringindo a definição de léxico cristão apenas à terminologia especializada referente ao mundo cultural e material do cristianismo (missa, procissão, rosário, batismo etc), embora o discurso da evangelização tenha envolvido outros domínios semânticos, como parentesco, sexo etc. Incluímos também no léxico cristão os verbetes que apesar de não conterem na entrada em português uma marca específica religiosa, esta lhe foi dada na sua tradução em tupi.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

Uma comparação preliminar do léxico cristão nos dicionários de 1771 e de 1750 aponta para a continuidade entre as duas obras:

a) Entre os mais de 6.600 verbetes da obra de 1771, levantamos cerca de 248 entradas que comporiam o léxico especializado da evangelização. Em número absoluto, a obra contemporânea ao Diretório possui mais entradas para este campo semântico do que o dicionário de 1750, de origem jesuítica (189 verbetes).

A presença desse universo semântico no dicionário de 1771 é um indício de que o seu autor e seus possíveis leitores seriam do mundo eclesiástico, substitutos dos jesuítas nas antigas missões.

b) Do total de itens lexicais de teor cristão, os dois dicionários compartilham cerca de 123 entradas. Além destes, o dicionário de 1771 possui outros 125 verbetes que não estão presentes na obra de 1750. Este último, por sua vez, inclui outros 68 verbetes que lhe são exclusivos. Em suma, a obra de 1771 apresenta maior riqueza vocabular no campo religioso do que a de 1750, ao contrário do que se poderia supor tendo em vista a proibição formal do uso da língua geral.

Entre as 123 entradas compartilhadas entre as duas obras, cerca de 85 empregam a mesma raiz tupi na tradução dos conceitos cristãos, ainda que possam apresentar diferenças ortográficas ou dialetais. Apenas em 28 verbetes os dicionários divergem na tradução em tupi ao empregarem radicais distintos.

Esses casos de divergência na tradução do léxico cristão nas duas obras, quando comparados com a forma empregada no catecismo de Filipe Bettendorff (1687), revelam que em alguns itens a obra do período pombalino estava mais próxima do uso desse catecismo jesuítico do que o dicionário de 1750.

Por fim, a comparação do léxico cristão do dicionário de 1771 com a da obra de 1750 reforça as informações fornecidas por outros tipos de documentos que apontam para a continuidade da política de evangelizar os índios pelo tupi no período pombalino. Um deles é o relato da visita do bispo João de São José Queiroz, entre 1761-1763. Ele levava consigo alguns curas intérpretes para a pregação, como o padre Nicolau Gaspar e Manuel da Cruz (QUEIROZ, 1963). Porém,

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

um texto mais contundente sobre a continuidade da política lingüística usada na evangelização entre o período jesuítico e o pombalino é o do Padre Manuel da Penha Rosário, que teve de se explicar no Tribunal da Inquisição pelo fato de pregar na língua geral.

Segundo Rosário, as paróquias ainda conservavam o catecismo em tupi do período anterior, informação que é coerente com o léxico cristão presente no dicionário de 1771, que segue em linhas gerais as traduções em tupi dadas pelos jesuítas.

OS EMPRÉSTIMOS EM PORTUGUÊS COMO INDÍCIOS DA FORMA DE INTERAÇÃO ENTRE COLONOS E ÍNDIOS

Os empréstimos do português presentes no dicionário de 1771 serão usados como dados para se observar o grau de contato lingüístico entre índios e colonos depois da transformação das missões em vilas. A idéia de enfocá-los como uma crônica da forma de contato lingüístico entre índios e colonos foi inspirada por James Lockhart (1990), em seu estudo sobre os empréstimos do espanhol no nahuatl no período colonial. Esses itens lexicais são tratados pelo autor como fatos lingüísticos sensíveis a mudanças sócio-culturais. Lockhart observa o impacto da cultura espanhola na vida dos nahuatl pela maneira como os novos objetos e práticas foram nomeados por eles. Os empréstimos representariam elementos que foram entendidos e incorporados pelos índios e tornados próprios. (1992:284). Um aumento no número de empréstimos seria sinal de aumento da interação cotidiana dos falantes de nahuatl com espanhóis.

Lockhart distingue três estágios no processo de introdução dos empréstimos em uma língua postulados por ele como universais em termos lingüísticos. O primeiro estágio (1519-1540/50), que correspondeu ao período das "encomiendas", caracterizou-se pelo baixo número de empréstimos. Os novos objetos ou práticas de origem européia eram nomeados por meio de circunlóquios ou neologismos em nahuatl. Nesse estágio, o novo é introduzido entre os índios por experiência direta com o objeto ou com a ação mais do que por palavras.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

No segundo estágio (1540/50-1640), os nahuatl não só estavam reagindo às novas experiências, como também estavam ouvindo e reagindo às palavras em espanhol. Nessa fase, houve um grande número de empréstimos na categoria dos substantivos, que foram integrados fonológica e morfológicamente ao sistema lingüístico do nahuatl. Isto teria ocorrido paralelamente à organização da população nahuatl por meio dos "repartimientos". Nesse momento, os empréstimos foram introduzidos ou por aqueles índios que estavam expostos a ouvir espanhol ou da parte de espanhóis que falavam nahuatl.

A terceira fase, que teria começado no século XVII e se estenderia até hoje, já apresenta mudanças na fonética e na gramática do nahuatl, com a adoção de sons, preposições e conjugações do espanhol. Portanto, os empréstimos não são mais limitados aos nomes. Essa fase suporia um bilingüismo entre os falantes de nahuatl, sem haver a figura do intérprete como intermediário.

Através dos estágios definidos por Lockhart, procuraremos: a) determinar em que fase estaria a língua geral em relação à natureza dos empréstimos do português, e b) se há diferença de estágio entre os dicionários de 1771 e de 1750.

Antes de apresentar os resultados da análise baseada em Lockhart é preciso fazer duas ressalvas. Lockhart usou como corpus textos dos próprios nahuatl. Esse tipo documento lhe permitia afirmar que sua análise refletia a variedade lingüística em uso entre os índios. Os dicionários tupi, por sua vez, representariam uma obra escrita por e para um não-índio. Apesar disso, a variedade usada pelo dicionário não poderia estar muito distante daquela usada pelos índios, pois, caso contrário, o dicionário não teria eficácia como instrumento auxiliar de comunicação entre falantes de português e índios.

Outra observação diz respeito ao intervalo de tempo entre os dois dicionários – vinte anos – que poderia ser considerado curto. De acordo com a proposta de Lockhart, enquanto os estágios da língua representariam universais do ponto de vista lingüístico, o tempo de duração de cada um deles não o seria. O período seria determinado por fatores sociais específicos à situação histórica em análise.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Alguns resultados sobre os empréstimos em português nos dois dicionários:

a) A obra de 1771 tem 344 verbetes com algum item lexical de origem portuguesa. Desconsiderando-se os casos de repetição, observa-se a ocorrência de 134 itens do português. Em sua grande parte, esses itens são substantivos incorporados ao tupi para nomear seres, objetos e práticas introduzidos pelos portugueses. Muitos deles apresentam adaptações ao sistema fonológico da língua geral (panela > pandera, melancia > merancia). Nesse caso, os empréstimos em questão se enquadrariam no estágio dois delineado por Lockhart.

b) O dicionário de 1750 possui 204 verbetes com algum tipo de empréstimo. Nessa obra, eles apresentam o mesmo perfil daquele de 1771: predominância de substantivos e sua incorporação nos campo semânticos relacionados ao mundo cultural europeu. Desta forma, ambos dicionários refletem a língua tupi no estágio dois proposto por Lockhart.

c) Por fim, resta fazer algumas observações a respeito da natureza dos empréstimos que se encontram exclusivamente na obra de 1771. Ao todo são cerca de 76 itens lexicais do português que não estão presentes em outros dicionários tupi datados: 1621 (Ayrosa 1938), 1739 (Ayrosa 1937) e 1750 (ms.69). O campo semântico mais produtivo em 1771 é dos artefatos, tal como foi constatado por Lockhart (40 itens).

A fraca presença dos empréstimos do português reforça o quadro delineado por Ângela Domingues (2000) quando afirma que as principais expedições militares ou científicas no período de Pombal continuaram usando a figura do intérprete em língua geral em suas viagens. Muitas vezes, os índios que haviam vivido nas missões jesuíticas se tornavam os intérpretes do seu grupo perante os colonos.

CONCLUSÃO CONTRASTE OU SIMILITUDE ENTRE AS POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS POMBALINAS PARA AMAZÔNIA E GOA

DEPARTAMENTO DE LETRAS

A associação do português ao conceito de “língua do príncipe” (*Diretório 1757 apud ALMEIDA, 1997*) se contrapôs ao conceito de língua “vulgar” ou de língua “vernáculo” legitimado pela Igreja tridentina como opção lingüística de evangelização.

Um exemplo dessa oposição está presente no documento com o qual Padre Rosário se defende da acusação de pregar em tupi. A defesa do padre está fundamentada no conceito de língua vernáculo do Concílio de Trento. Em nenhum momento do texto – na versão em português – ele se refere ao termo língua geral ou tupinambá, apenas a nomeia como língua vulgar (“Se é verdade que prego aos índios e os instruo espiritualmente em a sua língua vulgar”) (ROSÁRIO, 1993: 25). Ao final do julgamento, ele não apenas foi inocentado da acusação como foi nomeado para uma nova paróquia (Silva apud Rosário 1993). Nesse caso, o conceito de língua vernáculo se sobrepunha, na Amazônia, ao conceito de “língua do príncipe” defendido no Diretório.

Em Goa, o conceito de “língua do príncipe” não parece ter tido lugar no discurso pombalino. Segundo Rivara (1858), Pombal não proibiu na Índia o uso das línguas nativas em um colégio para religiosos indianos que substituiriam os jesuítas. Ele ali privilegiou “instrução das línguas próprias das terras, onde temos Igrejas, ou missões; buscando-se nos seqüestros dos jesuítas as Artes, por onde elles ensinavam as referidas linguas.” (RIVARA, 1858: 63). Reforçava-se assim a política lingüística baseada no conceito de língua vulgar e na prática de evangelização orientada pelas obras lingüísticas dos jesuítas.

À primeira vista, o projeto lingüístico de Pombal direcionado ao Brasil, em especial à Amazônia, diferiu daquele aplicado em Goa, aparentando haver uma oposição entre eles. Porém, se observarmos a política lingüística pombalina nas duas regiões sob o prisma dos agentes locais e das obras por eles elaboradas, podemos constatar alguns traços de similitude. Se em Goa houve continuidade no uso do material lingüístico dos jesuítas no período pombalino, na Amazônia o dicionário e a gramática tupi de 1771 apontam para essa mesma familiaridade com as fontes jesuíticas. Nas duas colônias, prevaleceu

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

a política de evangelização nas línguas nativas, a qual utilizava como modelo o material lingüístico deixado pelos jesuítas.

Essa continuidade entre o modelo pombalino e o jesuítico na evangelização pela língua nativa pode ter sido favorecida pelo seqüestro e doação das bibliotecas jesuíticas para o bispado tanto no Brasil como em Goa. Na Amazônia, a biblioteca jesuítica e seus cartórios foram seqüestrados e passados para o Bispo de Belém em 1761, mesmo ano em que foi feita a transferência dos materiais missionários em Goa para o uso dos religiosos seculares. Pela carta régia de 1761, doava-se a livraria dos jesuítas ao bispo sob a condição de mantê-la aberta durante as manhãs de todos os dias do ano que não fossem dias de guarda.

Portanto, na condução da política lingüística pombalina na Amazônia, mais importante que o discurso prescritivo do Diretório foi a transferência e acesso da biblioteca jesuítica para os padres seculares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rita Heloísa. *O Diretório dos Índios*. Um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII. Brasília: UNB, 1997.

AYROSA, Plínio. O caderno da língua ou vocabulário português-tupi de frei João Arronches. 1739. *Revista do Museu Paulista*, t. 21. São Paulo, 1935.

———. *Vocabulário na língua brasileira*. Manuscrito português-tupi do século XVII, coordenado e prefaciado por Plínio Ayrosa. Departamento de Cultura. São Paulo, 1938.

BETTENDORFF, João Felipe. *Compêndio da Doutrina Christã na Língua Portuguesa e Brasileira*. Imprensa Miguel Deslandes, 1687.

CARTA régia do Rei de Portugal ao governador e capitão general do Grão Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Melo e Castro sobre o confisco dos Bens da Companhia de Jesus. 1761, folio 22 (11-6-1761). IHGB. Rio de Janeiro.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

DICCIONARIO da lingua geral do Brasil que se falla em todas as villas, lugares e aldeas deste vastissimo Estado. Escrito na Cidade do Pará. Anno 1771. Biblioteca da Universidade de Coimbra/ Ms 81.

DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos.* Colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII, 2000.

GRAMATICA da Lingua Geral do Brazil. Com hum Diccionario dos vocabulos mais uzuaes para a intelligencia da dita lingua. [Pará]. [1750]. Ms. 69. Biblioteca da Universidade de Coimbra.

LOCKHART, James. Postconquest Nahua Society and Concepts Viewed Through Nahuatl Writings. **In:** *Estudios de Cultura Nahuatl.* UNAM, 1990, n° 20.

QUEIROZ, D. Fr. João de São José.. *Visitas pastorais – memórias.* Rio de Janeiro: Melso, 1961.

REIS, Arthur Cesar Ferreira. A língua portuguesa e a sua imposição na Amazônia. *Revista de Portugal.* Lisboa, 1958, 23 (491-500)

RELAÇÃO abbreviada da República, que os religiosos jesuítas das províncias de Portugal, e Hespanha, estabelecerão nos Domínios Ultramarino das duas Monarquias. 1757.

RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha. *Ensaio Histórico da língua Concani.* Nova Goa: Imprensa Nacional. 1858.

ROSÁRIO, Manuel da Penha do [1773]. Questões apologéticas. **In:** Silva, José Pereira. Língua vulgar versus língua portuguesa. Introdução, leitura crítica e notas de José Pereira da Silva. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, 1993, n° 113, p. 7-62.

SILVA, José Pereira da. *Questoens apologeticas:* Edição crítica. Dissertação de mestrado em Filologia Românica apresentada na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1987.

———. A imposição da língua portuguesa aos índios. As questões apologéticas do Pe. Manuel da Penha do Rosário. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* Rio de Janeiro, 1987, ano 148, n° 355, p. 164-177 e 230-281.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

———. Língua vulgar versus língua portuguesa: a defesa do Pe. Manuel da Penha do Rosário contra a imposição da língua portuguesa aos índios por meio de missionários e párocos (1773). *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: DNL/FBN, 1994, vol. 113(1993), p. 7-62.